



DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS 2015

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2 0 1 5	2 0 1 4
Circulante		28.724	26.116
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7.1	738	2.028
Consumidores	7.3/7.4	15.282	11.854
Serviços em Curso	7.2	905	1.124
Tributos a Compensar	7.5	862	857
Depósitos Judiciais e Cauções	7.11	48	29
Ativos Financeiros Setoriais	7.6	4.149	925
Créditos a Receber	7.7	4.373	6.427
Estoques	7.8	2.053	2.465
Despesas Antecipadas	7.9	314	407
Não Circulante		80.779	83.315
Aplicações Financeiras	7.10	290	233
Tributos a Compensar	7.5	279	744
Depósitos Judiciais e Cauções	7.11	169	104
Ativos Financeiros Setoriais.....	7.6	3.272	6.361
Ativos Financeiros da Concessão	7.13	49.109	43.245
Outros Créditos.....		408	0
Despesas Antecipadas	7.9	245	729
		53.772	51.416
Investimentos	-	47	38
Intangíveis - em Serviço.....	7.12	26.117	28.915
Intangíveis – em Curso.....	-	843	2.946
		27.007	31.899
TOTAL DO ATIVO		109.503	109.431

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2015	2014
Circulante		34.731	32.569
Fornecedores	7.13.1	6.989	14.995
Empréstimos e Financiamentos	7.15.2	8.508	3.989
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.13.2	1.002	997
Tributos	7.13.3	6.605	3.924
Dividendos Declarados	-	34	36
Encargos Setoriais	7.13.4	10.682	4.331
Passivos Financeiros Setoriais.....	7.14	17	96
Outras Obrigações	7.13.5	894	4.201
Não Circulante		43.142	41.927
Fornecedores	7.15.1	2.096	325
Empréstimos e Financiamentos	7.15.3	24.724	23.190
Tributos	7.15.4	11.507	5.746
Passivos Financeiros Setoriais	7.15.5	3.272	6.361
Outras Obrigações	7.15.2	117	5.465
Provisões Passivas	7.15.6	1.426	840
Patrimônio Líquido		31.630	34.935
Capital Realizado Atualizado	7.16.1	8.300	8.300
Reservas de Capital	7.16.2	124	22
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.16.3	29.769	30.146
Prejuízo Acumulado	7.17	- 6.563	- 3.533
TOTAL DO PASSIVO		109.503	109.431

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

		Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
	NE	2 0 1 5	2 0 1 4
RECEITA OPERACIONAL	7.19	123.364	94.861
Fornecimento de energia elétrica	7.19.1	108.425	77.476
Subsídios tarifários	7.19.2	5.734	4.672
Receitas de compensação tarifária	-	2.754	974
Receita de constr. de infraestrutura concessão	7.19.3	4.595	7.880
Outras receitas	7.20	1.856	3.859
Deduções da Receita Operacional	7.21	48.857	25.651
Taxas regulamentares	7.21.1	12.976	1.461
Icms	7.21.2	24.905	16.828
Cofins/pasep/iss	7.21.2	10.976	7.362
Receita Operacional Líquida		74.507	69.210
CUSTOS OPERACIONAIS		68.499	62.963
Custo com energia elétrica	7.22	48.579	45.266
Energia elétrica comprada para revenda		39.800	33.516
Encargos de transmissão, conexão		3.169	2.866
Encargos e demais despesas setoriais		1.015	1.004
Custo de construção de infraestrutura concessão		4.595	7.880
Custos de operação	7.23	19.920	17.697
Pessoal		11.523	10.502
Material		775	635
Serviços de terceiros		1.908	1.635
Depreciação e amortização		1.970	1.962
Outras despesas		3.744	2.963
Lucro operacional bruto		6.008	6.247
Receita financeira	7.24	2.694	1.709
Despesa financeira	7.25	(11.732)	(5.591)
Resultando financeiro		(9.038)	(3.882)
Resultado operacional		(3.030)	2.365
LUCRO/PREJUÍZO ANTES IMPOSTOS		(3.030)	2.365
Contribuição social		0	0
Imposto de renda		0	0
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO		(3.030)	2.365
Lucro/Prejuízo p/Ação do Capital Social (R\$)		(1,99)	1,55

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.15 e 31.12.14

Legislação Societária

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONI AL	RESERVA DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS EM 31.12.13 (R\$)	8.300	468	30.494	111	(6.462)	32.911
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-
Ajustes de reservas	-	(446)	(348)	(111)	564	(341)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	2.365	2.365
SALDOS EM 31.12.14 (R\$)	8.300	22	30.146	0	(3.533)	34.935
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-
Ajustes de reservas	-	102	(377)	-	-	(275)
Lucro/prejuízo do exercício	-			-	(3.030)	(3.030)
SALDOS EM 31.12.15 (R\$)	8.300	124	29.769	0	(6.563)	31.630

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

		Legislação Societária
		Valores em milhares de Reais
	2 0 1 5	2 0 1 4
<u>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
Receitas de venda de energia elétrica	118.769	86.981
Receita de construção de infraestrutura	4.595	7.880
Provisão p/crédito liquidação duvidosa	(611)	172
	122.753	95.033
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	43.984	37.386
Custo de construção de infraestrutura	4.595	7.880
Materiais	775	635
Serviço de terceiros	1.908	1.635
Encargos setoriais	12.976	1.461
Outros encargos	3.022	3.027
	67.260	52.024
VALOR ADICIONADO BRUTO	55.493	43.009
Depreciação e amortização	1.970	1.962
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	53.523	41.047
Receitas financeiras	2.694	1.709
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	56.217	42.756
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	5.861	5.354
Encargos sociais (exceto Inss).....	511	487
Benefícios	2.097	1.859
Provisões	1.402	1.517
Indenizações trabalhistas	13	0
Custos imobilizados.....	(318)	(471)
	9.566	8.746
Governos:		
Icms	24.905	16.828
Pis/Cofins	10.977	7.362
Inss	1.956	1.756
Imposto renda e contribuição social	0	0
Outros	57	54
	37.895	26.000
Financiadores:		
Despesas financeiras.....	11.732	5.591
Aluguéis	54	54
	11.786	5.645
Acionistas:		
Remuneração do capita próprio.....	0	0
Lucros retidos/prejuízos	(3.030)	2.365
	(3.030)	2.365
VALOR DISTRIBUIDO	56.217	42.756

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 5	2 0 1 4
Atividades Operacionais:		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(3.030)	2.365
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/Amortização	1.970	1.962
Baixas Ativo Intangível	(255)	350
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	(526)	172
	1.189	2.484
Geração bruta de caixa	(1.842)	4.849
Consumidores	3.428	3.120
Impostos a Compensar	5	(326)
Estoque	(412)	205
Despesas Antecipadas	(93)	368
Serviços em Curso	(219)	210
Ativos Financeiros Setoriais	135	
Ativo não Circulante	(419)	243
Créditos a Receber e Outros	(2.035)	4.650
	390	8.470
Fornecedores	(6.235)	5.701
Folha de Pagamento	6	21
Tributos	8.441	(2.342)
Encargos Setoriais	6.350	750
Passivos Financeiros Setoriais	(78)	
Demais Passivos	(11.432)	3.837
	(2.948)	7.967
Geração operacional de caixa	(4.400)	5.352
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	(3.937)	3.161
Contribuição e doação do consumidor	995	1.518
Empréstimos e Financiamentos	6.054	(298)
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	(2)	(2)
	3.110	4.379
Geração líquida de caixa	(1.290)	973
Saldo das disponibilidades		
No início do período	2.028	1.055
No fim do período	738	2.028
Aumento (redução) nas disponibilidades	(1.290)	973

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

1. Contexto Operacional

A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho/RS, é uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia, sendo tais atividades regulamentada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de geração e distribuição de energia elétrica: Na área de geração a empresa possui duas Pch com potência instalada de 3.100 kW, gerando em torno de 15% da demanda. Na área de distribuição a empresa atende sete municípios com 36.069 consumidores na sua área de concessão, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Carazinho.

2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

3. Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho 4.786 de 11/12/14 da SFF/Aneel.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC – Estrutura Conceitual): As concessionárias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Concessionária reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios, não são, de acordo com esses pronunciamentos, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem a definição de ativos e/ou passivos.

Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo “bifurcado” em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do

contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

4. Práticas Contábeis Específicas do Setor

4.1 - CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A - Ativos e Passivos Regulatórios. São despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente e não inclusas na tarifa e respectivos encargos. São apropriados ao resultado à medida em que a receita correspondente for faturada aos consumidores, conforme determina a Portaria 296 de 25/10/01 e resoluções complementares da Aneel.

4.2 - Imobilizado - está registrado ao custo de aquisição, ou construção corrigido monetariamente até 31/12/95. A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme determina a Portaria Aneel 367/09 de acordo com as taxas definidas pelas Resoluções 457/09 e 474/11 da Aneel.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

4.3 - Obrigações especiais vinculadas à concessão - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

5. Práticas Contábeis Gerais

5.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

5.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

5.4 - Estoques - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

Cauções e Depósitos Vinculados – referem-se a garantias prestadas, vinculados a processos judiciais.

5.5 - Receitas de fornecimento de energia elétrica - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

5.6 - Fornecimento de energia elétrica não faturado - até 31/12/15 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

5.7 - Receita e Custo de Construção – O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a “zero”, considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

5.8 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

5.9 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.

5.10 - Ativo Financeiro – Indenizável (concessão) – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

5.11 - Ativos Intangíveis – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

5.12 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

5.13 - Despesas pagas antecipadamente - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

5.14 - Aplicações Financeiras - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

5.15 - Pis/Cofins – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% e 7,60%.

5.16 – Ajuste de Avaliação Patrimonial - é revertida para lucros acumulados pela realização da depreciação e baixas do ativo imobilizado.

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC T 19.10, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

5.17 - Dividendos - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

5.18 - Provisões - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

5.19 - Demais direitos e obrigações - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

5.20 - Questões ambientais - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

6. Concessão:

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica :

Data Assinatura	Contrato nº	Aditivo	Data	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	4º	09/12/15	Distribuição	07/07/2045
27/12/2000	108/2000	-	-	Geração	17/01/2023

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045.

O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão.

7. Notas Explicativas

7.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2015	2014
Caixa e depósitos bancários a vista	501	1.965
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	56	2
Numerário em Trânsito	181	61
Total	738	2.028

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

Numerário em trânsito referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário.

7.2 – Serviços em Curso

Refere-se aos custos, apurados através ODS, dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Composição	2015	2014
Pesquisa e desenvolvimento	316	644
Eficiência energética	517	517
Outros	72	(37)
Total	905	1.124

7.3 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas +90 dias	2015	2014
Residencial	2.699	1.460	455	4.614	3.342
Industrial	1.863	571	158	2.592	1.470
Comercio e serviços	2.260	622	888	3.770	2.355
Rural	642	117	30	789	617
Poder público	94	18	0	112	144
Iluminação pública	249	76	0	325	206
Serviço público	239	0	0	239	158
Serviço taxado e outros	113	137	70	320	187
(-) Arrecadação proc.clas	(57)	0	0	(57)	(8)
Enc. cap. emergencial	0	0	0	7	7
Renegociação/parcelam	1.150	0	54	1.204	1.200
Não faturado	2.619	0	0	2.619	2.055
Participação financeira	61	86	24	171	937
Subtotal	11.932	3.087	1.686	16.705	12.670
(-) Crédito líq. duvidosa	0	0	(1.421)	(1.421)	(816)
Total Consumidores	11.932	3.087	265	15.282	11.854

7.4 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2015	2014
Residencial	456	309
Industrial	150	149
Comercial	636	201
Rural	17	14
Outros	162	143
Soma	1.421	816
Créditos a receber	382	376
Total	1.803	1.192

7.5 – Tributos a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2015	2014	2015	2014
Icms – compras ativo Imobilizado	609	623	279	744
Outras retenções/compensar	52	54	0	0
Pis/Pasep	0	280	0	0
Imposto de Renda/Contr. Social	201	148	0	0
Total	862	1.183	279	744

7.6 – Ativos Financeiros Setoriais – Parcela A - CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 2014 com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Ativos Regulatórios	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2015	2014	2015	2014
Ativos regulatórios – em recuperação	917	574	0	0
Ativos regulatórios – em formação	3.232	351	0	0
Ativos financeiros	0	0	3.272	6.361
Total	4.149	925	3.272	6.361

7.7 – Créditos a Receber

São representados por diversos tipos de créditos, sendo:

Composição	2015	2014
Parcelamentos de contas de energia	44	241
Convênios de arrecadação	206	206
Rendas a receber	46	47
Subsídios tarifários	3.971	2.738
Adiantamento a fornecedores	124	405
Serviços a receber	194	36
Alienação de bens	0	3.000
Outros	170	130
Soma	4.755	6.803
(-) Crédito liquidação duvidosa	(382)	(376)
Total	4.373	6.427

7.8 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2015	2014
Manutenção do sistema	138	164
Construção	1.745	1.377
Consumo interno	156	168
Outros	14	756
Total	2.053	2.465

7.9 – Despesas Antecipadas

Despesas	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2015	2014	2015	2014
Encargos de dívidas	91	165	153	454
Despesas revisão tarifária	184	184	92	275
Outras	39	58	0	0
Total	314	407	245	729

7.10 – Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor aplicado refere-se a títulos de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela taxa de remuneração básica, aplicada a Caderneta de Poupança.

7.11 – Depósitos Judiciais e Cauções

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Depósitos	CP		LP	
	2015	2014	2015	2014
Ações cíveis	48	29	0	0
Ações trabalhistas	0	0	169	104
Total	48	29	169	104

7.12 – Ativo Intangível e Financeiro

7.12.1 - Pela formação/Natureza

Formação	Em milhares de Reais			
	Intangível	Ativo Financeiro	Avaliação	Total
Intangíveis	(740)	2.654	541	2.456
Terrenos	0	26	2.602	2.628
Reservatórios e barragens	19	95	188	302
Edificações, obras civis e benfeit	7	1.627	2.382	4.016
Máquinas e equipamentos	1.043	47.683	23.083	71.809
Veículos	0	515	838	1.353
Móveis e utensílios	0	68	135	202
Em curso	843	0	-	843
(-) Obrigações especiais	(3.981)	(3.559)	-	(7.540)
Total	(2.809)	49.109	29.769	76.069

A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

7.12.2 – Investimentos realizados

Tipo de unidade de cadastro	Código	Quant	R\$
Poste de concreto	255	1.523	3.851
Condutor de alumínio	190	78.549	1.302
Regulador de tensão	340	13	158
Medidores	295	2.309	197
Transformador de distribuição	565	204	594

Equipamento geral e informática	230/235	16	106
Sistema de exaustão	455	1	2
Veículos	615	2	262
Sistema de aterramento	395	2.874	85
Transformador de subestação	540	3	26
Chave Seccionadora	160	44	24
Estação dados hidrológicos	430	6	152
Painel de medição subestação	305	9	263
Total investimentos			7.022

7.12.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	2015	2014
Contribuição do consumidor	7.073	6.178
Universalização serv. público energia elétrica	132	132
Subvenções para investimentos	951	951
Outras	729	337
(-) Depreciação	-1.346	- 1.053
Total	7.539	6.545

Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE.

A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.

7.12.4 - Avaliação Patrimonial

Avaliação Patrimonial	2015			2014		
	VNR	DPRECIAÇÃO	VMU	VNR	DPRECIAÇÃO	VMU
Intangíveis	1.169	628	541	1.169	628	541
Terrenos	2.602	0	2.602	2.602	-	2.602
Reservatórios	5.978	5.790	188	5.978	5.789	189
Edificações	5.139	2.757	2.382	5.139	2.744	2.395
Maquinas e equipamento	45.327	22.244	23.083	45.566	22.107	23.459
Veículos	2.795	1.957	838	2.795	2.004	791
Móveis e utensílios	474	339	135	474	305	169
Totais	63.484	33.715	29.770	63.723	33.577	30.146

7.12.5 - Cálculo da Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas aplicadas são as definidas pelas Resoluções Aneel 240/06 e 474/11 conforme a Unidade de Cadastro.

As taxas estabelecidas pela Aneel são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

7.12.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

7.12.7 - Recuperabilidade dos Ativos

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançado na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBCT 19.10, aprovada pela Resolução 1.110 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

De acordo com o art. 63 e 64 do Decreto 41.019/57, os bens e instalações são utilizados na produção transmissão e distribuição de energia elétrica.

7.13 – Passivo Circulante

7.13.1 Fornecedores

Fornecedores	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	5.208	10.837
Encargos de uso da rede	229	96
Materiais, serviços e outros	1.552	4.062
Total	6.989	14.995

7.13.2 Obrigações Trabalhistas

Obrigações Trabalhistas	2015	2014
Provisão de férias	505	476
Provisão de gratificação 1/3 de férias	168	158
Provisão de encargos sociais	252	250
Tributos retidos na fonte	71	108
Outros	6	5
Total	1.002	997

• Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e de encargos sociais sobre as provisões.

7.13.3 Tributos

Tributos	2015	2014
Icms - faturamento	1.052	609
Icms - parcelamento	3.948	2.549
Inss	222	165
Imposto de renda/contr.social	29	28
Fgts	70	64
Pis/pasep	207	53
Pis/pasep – parcelamento	110	208
Cofins	955	243
Outros	12	5
Total	6.605	3.924

• Icms Parcelamento - referem-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica:

- Em 18/12/13, através do "Programa em Dia 2013" referente débitos declarados em 2013, reparcados em 120 meses, juros de 1% a.m. e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.

- Em 17/11/2015, através do "Programa em Dia 2015" foram parcelados débitos declarados em 2015, parcelados em 30 meses, juros de 1% a.m.

- Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.13.4 Encargos Setoriais

Encargos Setoriais	2015	2014
Taxa de fiscalização – ANEEL	11	9
Conta de desenvolvimento energético – CDE	4.110	73
Encargo de capacidade emergencial – ECE	44	44
Programa eficiência energética – PEE	3.529	2.876
Programa pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.125	1.329
Adicional bandeira vermelha	1.863	
Total	10.662	4.331

- A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções Aneel n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

7.13.5 Outras Obrigações

Outras Obrigações	2015	2014
Seguradoras	7	19
Indenizações trabalhistas	141	235
Convênios arrecadação por conta terceiros	423	275
Multas Aneel – TAC	86	131
Efeito financeiro Res 243/06	175	1.124
Provisões passivas	0	2.364
Outras	62	54
Total	894	4.201

- Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O Item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

- Multas Aneel – TAC - refere-se a multas regulatórias aplicadas pela Aneel pelo descumprimento de metas estabelecidas para o DEC/FEC referente aos anos de 2004 a 2009. Em 16/12/10 a empresa assinou Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, no valor de R\$729.332,04 transformando as multas em obrigações a serem aplicadas no Plano de Obras e Investimentos apresentado pela empresa.

- Efeito Financeiro Res. 243/06 – (Bolha Financeira) - Refere-se a aplicação do Art. 5º da Res. Normativa 243/2006 da Aneel, que por sua vez foi editado para retificar as tarifas fixadas pela REN 2006/2005, porquanto verificou-se que essa metodologia estava em desacordo com o Dec. 4541/02, que previa a possibilidade de aplicação de desconto na TUSD, mas não na tarifa de energia – TE, devendo esta corresponder ao custo médio de compra de energia da Supridora. No caso da Eletrocar esta implementação, agora, foi deferida para minimizar o impacto tarifário, sendo incluído na tarifa o correspondente a 10% do passivo, através da REH 1304 de 26/06/12 no valor de R\$1.742.168,93, o qual foi parcelado em 2014, junto a Rio Grande Energia – RGE em 24 parcelas mensais atualizadas pelo IGPM.

- Provisões Passivas – referem-se ao reconhecimento de juros, multas e atualizações sobre contratos com fornecedores, previstas em cláusulas contratuais, com pagamentos e/ou questionamentos de custos em análises.

7.14 - Passivos Financeiros Setoriais - Parcela A – CVA

Passivos Regulatórios – Parcela A – CVA - incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A partir de 2014 com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

7.15 – Compromissos à Longo Prazo

7.15.1 – Fornecedores:

Contratos de parcelamento de dívida com fornecedores e contratos de conexão.

7.15.2 - Outras Obrigações

Outras Obrigações	2015	2014
Efeito financeiro Res 243/06	0	5.169
Indenizações trabalhistas	0	142
Multas	117	154
Total	117	5.465

7.15.3 - Empréstimos e Financiamentos:

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas		Datas		31.12.15			31.12.14		
	%	Prazo	Início	Final	C/P	L/P	Total	C/P	L/P	Total
Eletrobrás (1)	5%aa+RGR	120 m	31/07/05	31/07/16	2	0	2	2	2	4
Eletrobrás (2)	5%aa+RGR	120m	10/01/07	30/12/19	2	4	6	2	6	8
Eletrobrás (3)	5%aa+RGR	60m	24/03/09	30/10/16	312	0	312	416	312	728
Eletrobrás (4)	5%aa+RGR	120m	09/03/12	11/05/25	934	7.864	8.798	545	8.799	9.344
Badesul	6%aa+TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	862	5.327	6.189	658	6.336	6.994
Cef	3,96%aa+CDI	120m	22/11/11	22/02/21	526	2.193	2.719	526	2.719	3.245
Santander	5,91%aa+CDI	36 m	07/08/14	07/08/18	1.621	2.026	3.647	385	3.206	3.591
Santander	7,70%aa+CDI	60 m	17/11/15	17/11/20	673	4.516	5.189	0	0	0
Banrisul	5,50%aa	60 m	30/03/11	15/04/16	6	0	6	23	0	23
Banrisul	9,56%aa	60 m	26/07/11	15/08/16	35	0	35	73	13	86
Banrisul	5,35%aa	36 m	11/12/13	20/12/17	774	770	1.544	834	1.487	2.321
Banrisul-CR		12 m	04/11/15	04/11/16	611	0	611	57	0	57
Banrisul-Finam	6,00%aa	36 m	04/02/15	10/04/20	41	134	175	0	0	0
Banrisul-Finam	6,00%aa	60 m	04/02/15	10/04/20	27	88	115	0	0	0
Banrisul	15,94%aa+CDI	24 m	01/12/15	15/12/17	1.567	1.500	3.067	0	0	0
Bco. Itaú	18,86%aa	24 m	29/09/14	29/09/16	331	0	331	400	300	700
Bco. Itaú	26,08%aa	36 m	28/10/15	30/10/18	178	302	480	0	0	0
Sicredi	5,40%aa	36 m	30/11/12	20/11/15	0	0	0	47	0	47
Sicredi	20,94%aa	24 m	08/09/14	05/03/16	6	0	6	21	9	30
Total					8.508	24.724	33.232	3.932	23.189	27.178

• Os empréstimos junto a Eletrobrás ^{(1),(2)} foram obtidos para investimentos do Projeto de Eletrificação Rural – Luz para Todos.

• Os empréstimos junto a Eletrobrás ⁽³⁾ foram obtidos para investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico.

- Os empréstimos junto a Eletrobrás⁽⁴⁾ e Badesul foram obtidos para investimentos em uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I e entrada da linha na SE.
- Os empréstimos junto ao Banrisul/Finame foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos/equipamentos informática.
- Os empréstimos junto ao Sicredi foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos e capital de giro de curto prazo.
- Os empréstimos junto aos bancos Itaú/Cef e Santander foram obtidos para financiamentos de capital de giro de curto prazo.

7.15.4 – Tributos:

Tributos Parcelados	CP		LP	
	2015	2014	2015	2014
Icms em dia	3.948	2.405	11.373	5.260
Pis Refis da crise	68	165	0	98
Pis Refis da copa	42	43	134	388
Total	4.058	2.613	11.507	5.746

- Efeito Financeiro Res 243/06 (Bolha Financeira) – refere-se a aplicação do Art. 5º da Res. Normativa 243/2006 da Aneel, que por sua vez foi editado para retificar as tarifas fixadas pela REN 2006/2005, porquanto verificou-se que essa metodologia estava em desacordo com o Dec. 4541/02, que previa a possibilidade de aplicação de desconto na TUSD, mas não na tarifa de energia – TE, devendo esta corresponder ao custo médio de compra de energia da Supridora. No caso da Eletrocar esta implementação, agora, foi deferida para minimizar o impacto tarifário, sendo incluído na tarifa o correspondente a 30% em 2013 do passivo, através da REH 1556 de 27/06/13 no valor de R\$4.996.273,98 para pagamento em 12 parcelas mensais. Este valor esta sendo renegociado junto a Rio Grande Energia – RGE e sendo atualizado pelo IGPM.

7.15.5 – Passivo Regulatório (Efeito Financeiro Res. 246/06):

Efeito Financeiro Res 243/06 (Bolha Financeira) – refere-se a aplicação do Art. 5º da Res. Normativa 243/2006 da Aneel, que por sua vez foi editado para retificar as tarifas fixadas pela REN 2006/2005, porquanto verificou-se que essa metodologia estava em desacordo com o Dec. 4541/02, que previa a possibilidade de aplicação de desconto na TUSD, mas não na tarifa de energia – TE, devendo esta corresponder ao custo médio de compra de energia da Supridora. No caso da Eletrocar esta implementação foi deferida para minimizar o impacto tarifário, já sendo incluído na tarifa o correspondente a 70% de 2012 a 2014 do passivo.

Conforme REH 1745 de 24/06/14 Art. 10º, parágrafo único o saldo remanescente é de R\$6.285.758,94, que será analisada a viabilidade de repasse na tarifa nos processos tarifários subsequentes. Este valor esta sendo atualizado pelo IGPM.

7.15.6 – Provisões Passivas:

Contingências	2015		2014	
	Provisão	Dep.Judicial	Provisão	Dep.Judicial
Trabalhistas	420	169	415	104
Cíveis	1.006	0	425	0
Total	1.426	169	840	104

- Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

- Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente e outras.

- Contingências Regulatórias - Não Provisionadas - A Companhia foi autuada pela Aneel em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

7.16 – Patrimônio Líquido

7.16.1 – Capital Social

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social R\$	%
		2015	2014		
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.442.100	1.442.100	7.368.624,57	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	80.517,22	1,0099
Prefeitura M. de Chapada	ON	34.041	34.041	177.634,86	2,2323
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	64.829,94	0,8122
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	467,97	0,0056
Diversos	PN	20.922	20.922	607.925,44	1,3720
Total	//////	1.524.935	1.524.935	8.300.000,00	100,000

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/15 é de R\$20,74 e R\$22,91 em 31/12/14

7.16.2 – Reserva de Capital

Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

7.16.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de Avaliação Patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração-BRR de 31/03/2013 ajustado para 2014.

Avaliação Laudo	2015	2014
V o c	63.484	63.723
Depreciação	33.714	33.577
Total	29.769	30.146

7.17 – Prejuízos Acumulados

Composição	2015	Saldo
2012	(3.734)	(3.734)
2013	(2.728)	(4.097)
2014	2.929	(3.533)
2015	(3.030)	(6.533)

7.18 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2014	2013
Lucro/Prejuízo do Exercício	(3.030)	(2.365)
+ Despesas dedutíveis	0	1
+ Provisões	12.131	6.131
- Reversão de provisões	(11.520)	(5.948)
- Outras reversões	0	3.000
Base de cálculo IR	(3.641)	(451)
Imposto de Renda	0	0
Contribuição Social	0	0
(-) Deduções incentivos fiscais	0	0
Total Tributos a recolher	0	0

7.19 – Fornecimento de Energia Elétrica

7.19.1 - Receita de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento Faturado:						
Residencial	27.936	27.589	56.273	59.237	44.158	30.888
Industrial	206	214	39.180	41.757	22.901	14.390
Comercial	3.653	3.659	41.415	44.033	30.736	20.746
Rural	3.900	3.883	18.977	20.721	8308	5.713
Poder público	337	328	3.598	4.462	2.675	2.122
Iluminação pública	9	9	8.812	8.638	3.686	2.325
Serviço público	20	20	5.220	5.139	2.850	1.634
Consumo próprio	8	9	218	228	0	-
Receita Faturada E.Elétrica	36.069	35.711	173.693	184.215	115.314	77.818
Não faturado	-	-	-	-	563	201
Excedente reativos/ultrapassagem	-	-	-	-	(595)	(543)
Receita de construção	-	-	-	-	4.595	7.880
Subsídios tarifários	-	-	-	-	5.734	4.231
Receita de compensação tarifária	-	-	-	-	2.754	974
Adicional Bandeira Vermelha	-	-	-	-	(6.857)	0
Outras receitas	-	-	-	-	1.856	4.300
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	123.364	94.861

• **Receitas de fornecimento de energia elétrica** são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

• **Receita não faturada**, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

• **Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda**, conforme Res 463 de 22/11/11, sub-módulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

• **Adicional bandeira vermelha**: Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

7.19.2 - Subsídios tarifários

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.

7.19.3 - Receita de Construção

O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

7.20 – Outras Receitas

Receitas	2015	2014
Renda da prestação de serviços	431	1
Serviço taxado	225	210
Aluguéis	492	458
Arrecadação de convênios	235	169
Lucro na alienação/desativação	42	2.993
Outras	431	28
Total	1.856	3.859

7.21 – Deduções a Receita Operacional

7.21.1 - Encargos Setoriais

Encargos do consumidor	2015	2014
Taxa de fiscalização	123	102
Conta de desenvolvimento energético – CDE	12.177	810
Programa de eficiência energética	338	262
Programa de pesquisa e desenvolvimento	338	287
Total	12.976	1.461

7.21.2 - Impostos

Impostos	2015	2014
Icms	24.905	16.828
Cofins	8.992	6.044
Pis/pasep	1.952	1.303
Iss	33	15
Total	35.882	24.190
Total das deduções	48.858	25.651

7.22 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos com Energia	Em MWH		Em R\$	
	2015	2014	2015	2014
Energia comprada	162.223	178.076	37.734	31.437
Demanda	-	-	551	902
Encargos de uso da rede	-	-	2.912	2.256
Proinfa	-	-	1.119	1.107
Passivo financeiro	-	-	6.415	5.641
Custo de construção	-	-	4.595	7.880
(-) Créditos pis/cofins	-	-	(4.747)	(3.957)
Custo total	162.223	178.076	48.579	45.266

7.23 – Custos operacionais

7.23.1 - Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2015	2014
Pessoal – empregados	10.690	9.797
Administradores	833	705
Material	775	635
Serviço de terceiros	1.908	1.635
Custo com energia comprada	43.984	37.386
Custo de construção infraestrutura	4.595	7.880
Aluguéis	54	54
Seguros	50	42
Depreciação/amortização	1.970	1.962
Impostos e taxas	57	54
(-) Recuperação de despesas	(269)	(137)
Outras despesas	2.866	2.343
Provisões/reversões	627	183
Baixa bens ativo	239	285
Outras	120	139
Total	68.499	62.963

7.24 – Receitas Financeiras

Receitas	2015	2014
Rendimentos de aplicações financeiras	17	12
Acréscimos moratórios contas energia	1.243	927
Juros de títulos a receber	290	90
Atualizações	1.149	254
Outras	(5)	426
Total	2.694	1.709

7.25 – Despesas Financeiras

Despesas	2015	2014
Encargos de dívidas	4.485	2.424
Juros bancários/iof	2.957	2.999
Juros e multas	1.063	305
Multas	2.779	1
Transferências para ordens em curso	(36)	(334)
Outras	484	197
Total	11.732	6.121

7.26 – Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	R\$	Início	Término
Instalações e Equipamentos	23.980.000,00	16/08/15	16/08/16
Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões		-	-
- Danos Elétricos	2.377.000,00	-	-
- Vandalismo/Fumaça	2.925.000,00	-	-
Automóveis	Vlr mercado	2015	2016

7.27 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

7.28 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/14-13 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados em 31/12/15-14.

7.29 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

7.30 – Transações com Partes Relacionadas

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica. Com o acionista controlador a empresa tem créditos a receber de operação de alienação de um imóvel no valor de R\$2.400.000,00 em parcelas a receber de 2016 a 2017 e que foram cedidas a credores para pagamento de dívidas.

7.31 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente 1% da receita operacional líquida conforme Resolução Normativa 233/06 em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

A Resolução 176/05 determina o provisionamento contábil pelo regime contábil de competência bem como atualização pela taxa Selic dos saldos não aplicados. Os valores a serem aplicados são registrados no passivo e os gastos efetivos no ativo, quando da conclusão do projeto é feito o encontro de contas e o saldo aplicado a menor é transferido para o ciclo seguinte. Os valores do FNDTC e MME são recolhidos mensalmente à estes órgãos.

	2015			2014		
	Provisionado (211)	Aplicado (112)	Líquido	Provisionado (211)	Aplicado (112)	Líquido
FNDTC	22	0	22	21	0	21
MME	11	0	11	11	0	11
P&D	1.092	316	776	1.296	644	652
PEE	3.529	517	3.012	2.876	618	2.258
Total	4.654	833	3.821	4.204	1.262	2.942

7.32 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

7.33 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

7.34 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

Nas áreas de usinas e barragens, a empresa desenvolve ações de monitoramento da qualidade da água e programas de conservação e vegetação das margens dos reservatórios através da implantação de Área de Preservação Permanente.

7.35 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2015:

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$123.364 sendo 30,05% superior a 2014 que foi de R\$94.860. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$108.425 contra R\$77.476 em 2014, sendo 39,95% superior a 2014.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$24.905 em 2015 e de R\$16.828 em 2014, tendo um aumento de 48,00%.

Demais impostos: Pis, cofins e iss somaram o valor de R\$10.976 em 2015 e R\$7.362 tendo um aumento de 49,10%.

Encargos Setoriais: Os encargos setoriais foram de R\$12.976 em 2015 e R\$1.461 em 2014 tendo um aumento de 788,03%.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2015 foram de R\$11.523 e em 2014 foi de R\$10.502 tendo uma variação de 9,72%.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$43.984 em 2014 e R\$37.386 em 2014, tendo um aumento de 17,65%.

A compra de energia para revenda foi de R\$39.800 em 2015 e de R\$33.516 em 2014, tendo uma variação de 18,75%.

O Proinfra teve um aumento de 1,10% sendo de R\$1.015 em 2015 e R\$1.004 em 2014.

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$2.912 em 2015 e R\$2.226 em 2014, tendo uma variação de 29,11%.

Efeitos financeiros da Res. 243/06 (passivo financeiro) em 2015 foi de R\$6.415 e em 2014 de R\$5.641 tendo uma variação de 13,72%.

Demais Despesas Operacionais: As demais despesas operacionais, exceto depreciações, foram de R\$6.427 em 2015 e R\$5.233 em 2014 tendo um aumento de 22,82%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$2.694 em 2015 e R\$1.709 em 2014 tendo uma variação de 57,61%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$11.732 em 2015 e R\$5.591 em 2014, tendo um a variação de 109,83%.

Lucro Ajustado para Dividendo: Não houve lucro nos exercícios.

Lucro Operacional da Atividade: O lucro operacional da atividade foi de R\$6.008 em 2015 e de R\$6.247 em 2014, tendo uma redução de 3,83%.

EBITDA: Lucro da Atividade excluía as depreciações, em 2015 foi de R\$7.978 e em 2014 de R\$8.209.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$(6.006) em 2015 e R\$(6.453) em 2014.

Lucro ou Prejuízo do Exercício: O prejuízo do exercício foi de R\$(3.030) em 2015 e um lucro de R\$2.365 em 2014.

Carazinho, 31 de dezembro de 2015



ERINEU CLÓVIS XAVIER
Diretor Presidente
CPF – 123.376.680-53



PAULO ROGÉRIO DE BARROS
Diretor Técnico
CPF – 324.940.090-49



JOSÉ ROBERTO LINCK
Diretor Comercial
CPF – 288.568.300-78



RUI LUIZ TOSO
Contador – CRC/RS 40.629
CPF – 273.968.430-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Srs. Acionista, Conselheiros e Diretores da
CENTRAISELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR

Examinamos as demonstrações contábeis da companhia **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas Demonstração do Resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da empresa **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Carazinho, RS, 24 de março de 2016.

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS 005460/O-0
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS 71.505

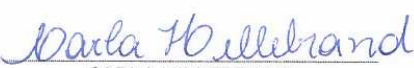
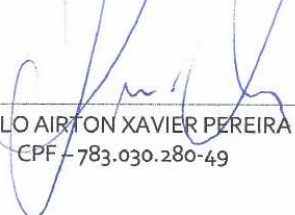
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS 65.932
Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S.A., dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas, e fundamentados nos exames periódicos realizados durante o exercício e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS 11 de abril de 2016

 WERNER GERHARDT KARL SCHUTZ CPF - 013.116.380-91	 CARLA HILLEBRAND CPF - 965.055.830-68
 PAULO AIRTON XAVIER PEREIRA CPF - 783.030.280-49	 PEDRO LADEMIR TEIXEIRA CPF - 274.071.600-15

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar no uso das atribuições legais e estatutárias e fundamentados nos exames periódicos realizados durante o exercício e tendo como base os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2015**, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 11 de abril de 2016

 ERINEU CLÓVIS XAVIER Presidente CPF - 123.376.680-53	 TARCÍSIO EMÍLIO MULLER Conselheiro CPF - 194.367.850-20
 MARIO MARTINS NASCIMENTO Conselheiro CPF - 162.750.040-53	 MARIA J. POLETTO DOS SANTOS Conselheira CPF - 325.422.320-91